

Ação federal contra biopirataria

PORTARIA DIFICULTA ENTRADA DE PESQUISADORES EM ÁREAS INDÍGENAS

Pesquisadores, missões religiosas e organizações não-governamentais enfrentarão maiores restrições para entrar em aldeias indígenas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) vai editar amanhã uma portaria com novas exigências para autorizar a entrada nas aldeias, como forma de tentar conter a máfia da biopirataria. Arquivos da Funai mostram que grande número de instituições atuam à revelia do governo, promovendo um "leilão da floresta".

Hoje, para se entrar em uma área indígena não é difícil e nem é preciso cumprir exigências determinadas pela Funai. A nova portaria estabelece limites para o ecoturismo e tenta avan-

çar no combate à biopirataria. Além disso, o governo pretende impor rigorosas restrições aos grupos religiosos.

Os detalhes da portaria são mantidos em sigilo pelos técnicos e pelo presidente da Funai, Sullivan Silvestre de Oliveira, já que é alvo de intensa oposição. Para se entrar em terras indígenas, normalmente exige-se a comprovação do que vai ser feito, cópias de documentos, atestados de vacinação. A autorização só é dada depois que os antropólogos consultam os índios sobre o pedido. Algumas vezes, porém, os pedidos já chegam com apoio dos índios, contactados informalmente e sem autorização da Funai.

"Hoje a Funai não tem muito meca-

nismo para controlar e fazer uma fiscalização de forma eficaz", afirma o ex-presidente da fundação, Márcio Santilli. A prova disso, segundo ele, são as constantes invasões que ocorrem em terras indígenas.

O caso mais recente de biopirataria aconteceu em Tarauacá, no interior do Acre, e só se tornou público por causa das denúncias do deputado estadual Edvaldo Magalhães (PCdoB). Ele flagrou o austríaco Rudger Von Greithai auf coletando plantas usadas por pajés de várias tribos da região. "Ele formou um banco de dados, fez viveiros das espécies e começou a oferecer para laboratórios no exterior", conta Magalhães.